

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 8441/2022

1. DO OBJETO

**1.1.** Aquisição, sob demanda, de MATERIAIS PARA CAIXAS DE PEQUENOS PROCEDIMENTOS, para atender as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

**1.2.** Requisitantes: Subsecretaria de Atenção Básica;  
Estratégia de Saúde da Família;

**1.3.** Fundamentação legal: Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

**1.4.** Período: 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato da Ata de Registro de Preço;

**1.5.** Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8666/93;

2. DO QUANTITATIVO

**2.1.** A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	AB	ESF	QTDE
01	337567	CAIXA P/ PEQUENOS PROCEDIMENTOS - CONTENDO:	CX.	40	40	80
	299683	01 UNID. CABO DE BISTURI Nº3				
	299116	01 UNID. CABO DE BISTURI Nº4				
	289565	01 UNID. PINÇA DE ADSON DENTE DE RATO 12 CM				



	286672	01 UNID. PINÇA DE ADSON SERRILHADA 12 CM				
	293780	02 UNID. PINÇAS ANATÔMICAS 14CM				
	272438	02 UNID. PINÇAS KOCHER RETAS 14 CM				
	299331	02 UNID. PINÇAS KOCHER CURVAS 14 CM				
	275484	02 UNID. PINÇAS KELLY RETAS 14 CM				
	299331	02 UNID. PINÇAS KELLY CURVAS 14CM				
	321397	01 UNID. TESOURA DE METZMBAUM CURVA 15CM				
	292885	01 UNID. TESOURA RETA MAYO 14CM				
	243286	02 UNID. PORTA AGULHAS MAYO HEGAR C/SERRILHA 14CM				
	286665	01 UNID. PINÇA PEAN 16CM				
MATERIAL DE USO INDIVIDUAL						
2	299683	CABO DE BISTURI 3	UNID.	40	40	80
3	299116	CABO DE BISTURI 4	UNID.	40	40	80
4	468001	PINÇA DE ADSON SERRILHADA 12 CM	UNID.	80	80	160
5	288998	PINÇA KELLY RETAS 16 CM	UNID.	120	120	240
6	467839	PINÇA KELLY CURVA 16CM	UNID.	80	80	160
7	280768	TESOURA RETA TIPO MAYO 16 CM	UNID.	168	160	328
8	274748	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16CM	UNID.	120	120	240
9	442459	HISTERÔMETROS EM AÇO INOX 25CM	UNID.	20	0	20
10	300488	PINÇA KELLY RETA 18 CM	UNID.	120	120	240
11	467761	PINÇA POZZI RETA 25 CM	UNID.	20	20	40
12	283107	PINÇA CHERON 25CM	UNID.	20	20	40
13	292882	TESOURA METZEMBAUM 16CM RETA	UNID.	40	40	80
14	479738	ESPECULO VAGINAL EM AÇO CIRÚRGICO M	UNID.	40	40	80
15	479739	ESPECULO VAGINAL EM AÇO CIRÚRGICO G	UNID.	40	40	80
MATERIAL PARA INSERÇÃO DE DIU						
16	440142	BANDEJA INOX APROXIMADA 30X25X4CM	UNID.	6	6	12
17	439208	CUBAS REDONDAS INOX 8CM	UNID.	6	6	12
18	442459	HISTERÔMETROS COLLIN EM AÇO INOX 25CM	UNID.	6	6	12
19	467761	PINÇA POZZI RETA 25CM	UNID.	6	6	12
20	467873	PINÇA CHERON 25CM	UNID.	6	6	12
21	288998	PINÇA KELLY RETA 16 CM	UNID.	6	6	12
22	300488	PINÇA KELLY RETA 18 CM	UNID.	6	6	12
23	292882	TESOURA METZEMBAUM RETA 16CM	UNID.	6	6	12
MATERIAL PARA VASECTOMIA						
24	277921	ESTOJO INOX 18X08X03CM, PERFURADO	UNID.	6	0	6
25	299683	CABO DE BISTURI Nº3	UNID.	6	0	6
26	289565	PINÇA ADSON DENTE DE RATO 12CM	UNID.	6	0	6
27	321515	PINÇA ANATOMICA DISSECÇÃO 12CM	UNID.	6	0	6
28	299331	PINÇA KELLY CURVA 14 CM	UNID.	6	0	6
29	395646	PINÇA DE APREENSÃO PONTA ENCAIXE RETA	UNID.	6	0	6
30	277924	PINÇA MOSQUITO CURVA LISA 12CM PARA VASECTOMIA	UNID.	6	0	6
31	285713	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM VIDEA 12CM	UNID.	6	0	6
32	436969	TESOURA ÍRIS COM FACETA 11CM	UNID.	6	0	6
33	395671	PINÇA FOERSTER CURVA 16CM PARA CURATIVO	UNID.	6	0	6

### 3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 A pretensa aquisição de materiais em caixas para inserção de DIU, Vasectomia e outros pequenos procedimentos encontra-se fundamentado na PORTARIA GM/MS Nº 731, DE 16 DE ABRIL DE 2021 (fls.09/12).

#### Estratégia de Saúde da Família

3.2. Objeto de extrema importância considerando a frequência de utilização nos 20 (vinte) postos de saúde, o qual trabalha com uma população delimitada (entre 2400 a 4000 pessoas), realizando uma média aproximada de 150 a 200 procedimentos/curativos por mês, considerando a localização de algumas unidades em zona rural e de difícil acesso, a necessidade de realização de curativos a domicílio e a necessidade de esterilização a cada utilização.

#### Subsecretaria de Atenção Básica

3.3. Quantitativo considerando a grande quantidade de curativo realizados e a necessidade constante de esterilização. Ressaltando que, no período de 10 meses no ano de 2021 (em plena pandemia), foram realizadas nas unidades Policlínica Sylvio Henrique Braune, Posto de Saúde Tunney Kassuga, Unidade Básica de Saúde José Copertino Nogueira e Unidade Básica de Saúde Heródoto Bento de Mello 5.173 curativos e 428 retiradas de pontos.

3.4. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicadas pelas equipes técnicas da Unidade Requisitante, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas em seus anexos.

### 4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1. A entrega deverá ser conforme conveniência e necessidade da Unidade Requisitante, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, a qual indicará os itens, marca, com os respectivos quantitativos e demais informações importantes a respeito da entrega dos materiais.

4.2. A entrega dos materiais deverá ser realizada nos endereços arrolados abaixo:

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA – RUA PLINIO CASADO, S/N, SALA 28

SUSPIRO – NOVA FRIBURGO/RJ, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h. às 16h.

ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – RUA PLINIO CASADO, S/N, SALA 27, SUSPIRO–  
NOVA FRIBURGO/RJ, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h. às 16h

## 5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A falta do material não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

Materiais em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.2. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.2.1. Entregar os materiais contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.2.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.2.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os materiais a serem adquiridos enquadraram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

## 7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da obrigação.

## 8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição correrá por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificados abaixo descritos::

8.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30.08;

8.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS;

8.2. Quanto ao Programa de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

- Gestão das Ações em Saúde para o Enfrentamento da COVID-19 – 30001.1030100832.197;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221 – CENTRO NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

## 9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

## 10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- 10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3. FGTS;
- 10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2. A Nota Fiscal de Venda deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial (salvo nas condições estabelecidas no subitem 11.1.1 desde Termo de Referência), concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

11.1.1. As empresas em recuperação judicial poderão participar do referido procedimento desde que comprovada, ainda na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, o que se dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme preleciona o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

11.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 12. DA PARTICIPAÇÃO DE ME'S/EPP'S E EQUIPARADAS

12.1. Poderão participar, ainda, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no

§4 do art. 3º da Lei complementar nº123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame que atendam, ainda, aos requisitos especificados nos subitens 11.1 a 11.3.

- 12.2. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao artigo 3º.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

13.1.1. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e demais seus anexos pertinentes;

13.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

13.1.4. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

13.1.5. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

13.1. 6. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como aqueles previstos na Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

13.1.7. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;





13.1.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

13.1.9. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

14.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia e/ou validade, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscais citadas nos subitens 10.1.1 a 10.1.6.

14.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

14.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.5. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



14.1.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la no cumprimento da obrigação;

14.1.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

14.1.8. Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, bem como na legislação em vigor;

14.1.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

## 15. MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, não haja prejuízo ao cumprimento da obrigação pactuada e haja a anuência expressa da Administração.

## 18. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no

cumprimento da obrigação, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

18.2. Para o acompanhamento e fiscalização do objeto ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

ATRIBUIÇÃO	AGENTE PÚBLICO	MATRÍCULA
Gestor Titular	Higor de Barros Pinto	062.871
Gestor Substituto	Ceres Lourenço Teixeira	062.195
Atenção Básica		
Fiscal Titular	Patricia Soares Carvalho	299.080
Fiscal Substituto	Camila Libonato Mendonça	299.421
Estratégia de Saúde da Família		
Fiscal Titular	Karla Herdy Almeida	299.089
Fiscal Substituto	Mariza Dias Siqueira	299.362

18.3. Os fiscais da contratação anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a presente contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da presente contratação.

18.5. A verificação e o recebimento dos materiais deverão ser realizados com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

19. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

19.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

20.2. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

20.2.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.2.2. Apresentar documentação falsa

20.2.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.2.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.2.5. Não mantiver a proposta;

20.2.6. Cometer fraude fiscal;

20.2.7. Comportar-se de modo inidôneo;

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os interessados, em qualquer momento do procedimento, mesmo após o encerramento da cotação de preços.

20.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

20.4.1. Advertência;

20.4.2. Multa:



20.4.2.1. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

20.4.2.2. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

20.4.2.3. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

20.4.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

20.4.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

20.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

20.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

20.7. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## 21. DA RESCISÃO

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de

Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

21.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão:

21.2.1. Atraso injustificado na entrega dos materiais;

21.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

21.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de Referência elaborado por:

Higor de Barros Pinto  
Gestão de Processos e Contratos - SMS  
Matrícula 062.871

Ratifico o teor do presente Termo de Referência:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula 106.137